

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Temer rechaça rótulos

“Eu não estou propondo uma coisa à direita. Eu até tenho desprezo pelos rótulos, direita, esquerda, centro. Acho que o que o povo quer é resultado”, afirmou o ex-presidente Temer à coluna. O emedebista acredita que os candidatos precisam se unir em torno de um só nome e formarem, juntos, um projeto para o Brasil. Assim como foi o “Ponte para o Futuro” em seu mandato.

Tarcísio leal

Temer contou que foi procurado pelos governadores em busca de conselhos e, aí, propôs o projeto. Conversou, inclusive, com Tarcísio de Freitas, no aeroporto de Guarulhos, enquanto aguardavam o embarque para Nova York. Mas o governador de São Paulo não irá construir qualquer projeto alternativo a Bolsonaro. “Ele é muito correto e leal ao ex-presidente”, comentou Temer.

STF na liderança

O que o ex-presidente mais tem defendido é a pacificação do país e acredita ser um caminho viável o Supremo Tribunal Federal (STF) encabeçar o processo de anistia. “A sensação que tenho é que o Supremo se convenceu que ele próprio pode dar uma solução. Com isso faz o quê? Você não gera conflito entre o Congresso e o Judiciário”, contou Temer à coluna.

Imbróglgio do Comitê Gestor I

A Frente Nacional dos Prefeitos acusa a Confederação Nacional dos Municípios de não respeitar um acordo fechado durante o processo de formulação da reforma tributária. De acordo com a FNP, as duas entidades teriam dividido as 27 vagas a que os municípios têm direito no Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS). Mas a CNM teria descumprido o acerto. O 1º vice-presidente da FNP, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, afirma que a Frente tem direito a 13 nomes e a Confederação 14.

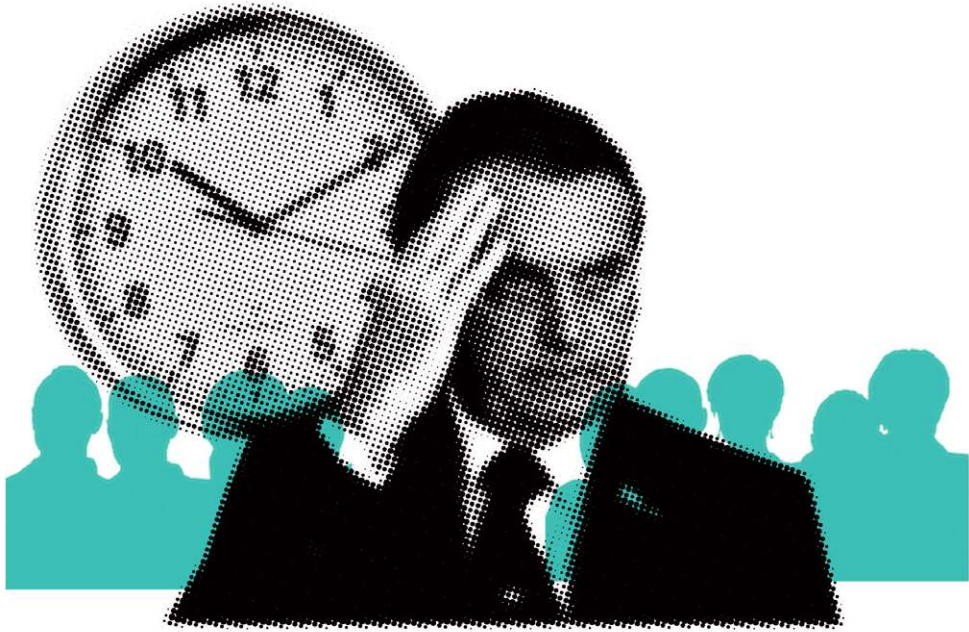
Imbróglgio do Comitê Gestor II

Já a Confederação afirma que a história é bem diferente. À coluna, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse que esse acordo nunca existiu. A entidade seguiu o que está previsto na lei aprovada e cobra, formalmente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, por explicações em acolher uma justificativa inconstitucional. A CNM afirma que a Frente está “desesperada” por não ter números suficientes para eleger qualquer indicação ao Comitê. (Saiba mais no *Blog da Denise*)

A última esperança para Bolsonaro

Os aliados de Jair Bolsonaro não desistiram de buscar o apoio do governo de Donald Trump para aliviar a situação em relação à inelegibilidade. Aliás, alguns, embora não falem publicamente a respeito, acreditam que a ajuda do presidente norte-americano é o último recurso para o respiro político do ex-presidente. Internamente, a maioria dos apoiadores sabe que a elegibilidade não virá. E que Bolsonaro precisará indicar alguém que possa concorrer em seu lugar. E, no momento em que ele fizer essa indicação, a tendência é que fique na penumbra.

E por falar nele... / Por mais que os partidos de centro-direita não tenham rejeitado de bate-pronto a proposta do ex-presidente Michel Temer — de montar um projeto para o país antes de afunilar a definição de uma candidatura à Presidência da República —, a sugestão está fadada a se perder no ar. O PL não fará parte do grupo. “Se juntar todos ali, não chega a 20% dos votos”, comenta um integrante do PL muito próximo a Bolsonaro.



CURTIDAS

Novo quer vetar/ O partido Novo vai ingressar com uma ação popular contestando a nomeação de Wagner dos Santos Carneiro, o Waguinho, ex-prefeito de Belford Roxo (RJ) e, até pouco tempo, ex-presidente estadual do Republicanos, para ser o diretor-presidente da PortosRio. De acordo com a legenda, a Lei das Estatais proíbe “pessoas que tenham exercido função de comando partidário ou participado de campanha eleitoral nos 36 meses anteriores”. Waguinho ocupou a presidência regional da legenda até 7 de maio deste ano.

Manter a base/ O que se diz nos bastidores, é que a indicação de Waguinho é uma forma de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manter o Republicanos e o MDB em sua base e garantir um futuro apoio em 2026.

Por falar em Republicanos... / A federação do partido com a legenda MDB está “bem adiantada”, como contaram fontes ligadas aos partidos à coluna.

Pioneiro/ Quem saiu feliz de Nova York foi o governador de Goiás, Ronaldo Caiado. À coluna, ele contou que o projeto de inteligência artificial proposto por seu governo é aprovado pela assembleia legislativa e será um grande mote de sua campanha. A proposta recebeu total apoio da Amazon. “É, hoje, a proposta mais avançada do país”, comemora. (Leia detalhes no *Blog da Denise*, no site do *Correio*)

COMISSÃO DA ANISTIA

Pedido de Dilma na pauta

Colegiado aprecia, na próxima semana, recurso da ex-presidente para que seja reconhecida como perseguida política na ditadura

» RENATA GIRALDI

Três anos depois de o governo Bolsonaro negar o reconhecimento de perseguida política, durante a ditadura militar (1964-1985), a Dilma Rousseff, o pedido da ex-presidente será apreciado pela Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério de Direitos Humanos e de Cidadania. Na próxima terça-feira, 14 conselheiros se reúnem, em Brasília, para analisar o recurso. Além da indenização financeira, que pode chegar a R\$ 100 mil, ela cobra contagem do tempo do período em que esteve encarcerada, em 1970, até a promulgação da Lei da Anistia, nove anos depois, para efeitos de aposentadoria.

Ex-guerrilheira, Dilma ficou presa por três anos na ditadura militar. Porém, em abril de 2022, a comissão rejeitou seu pedido por entender que a solicitação não poderia ser analisada, pois sua anistia foi reconhecida pelo governo do Rio Grande do Sul.

À época, o então presidente Bolsonaro comemorou a decisão. “Dilma Rousseff perdeu. Quem sabe, lá na frente, quando algum esquerdista voltar ao poder — espero que não aconteça —, você consiga mais uma pensão”, ironizou.

O pedido da ex-presidente é o

Ministério do Desenvolvimento Agrário



Presa e torturada na ditadura, Dilma quer reconhecimento de que militares a perseguiram por razões políticas

primeiro na pauta da sessão. Pelo rito, Dilma poderá falar ou seu representante legal — no caso, o Escritório Torreão Braz Advogados. Em seguida, 14 dos 21 conselheiros, escolhidos para esse caso por sorteio, votam para deferir ou rejeitar o pedido. Atualmente, Dilma mora na China e está à frente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, o Banco do Brics).

Ao *Correio*, a presidente da Comissão de Anistia, Ana Maria Lima de Oliveira, disse que a inclusão do recurso de Dilma na pauta é simbólico e histórico. “Representa que o Estado brasileiro se dispõe a analisar e, com possibilidades de reconhecer, que a ex-presidente lutou por liberdade e pela democracia em um momento de opressão do país. Também será a

oportunidade de pedir desculpas em nome do Estado”, explicou.

Segundo Ana Maria, uma vez reconhecido que a pessoa foi uma “perseguida política”, a comissão faz uma cerimônia de pedido de desculpas em nome do Estado. “É um rito necessário. Instauramos esse protocolo por tudo o que representa uma admissão de responsabilidade”, disse.

Indenização às Vítimas de Tortura (CEIVT), do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais. À época, ela detalhou como eram os métodos dos agentes da ditadura para colher depoimentos dos militantes de esquerda. “Se o interrogatório é de longa

Outros processos

A comissão deve analisar entre seis e sete processos na terça-feira, além do recurso da ex-presidente. São três blocos de apreciação: um pela manhã, em que o pedido de Dilma é o primeiro, e dois à tarde. Vários critérios são estabelecidos para o reconhecimento de “perseguido político”. O principal é a comprovação de que a perseguição sofrida foi exclusivamente política, no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988.

A vítima tem de encaminhar, com o pedido, provas documentais ou testemunhais que demonstrem ter sido acossada pelo regime — como atos de exceção, transferências, perdas de comissões, afastamentos e impedimentos profissionais. A perseguição deve ser comprovada que ocorreu por motivação política, e não de outras causas.

Em 2023, a Comissão de Anistia retomou os trabalhos e, de lá para cá, mais de 1,7 mil processos foram deferidos e as pessoas obtiveram o reconhecimento de perseguido ou perseguida política. Os pedidos vão desde a concessão do status até o pagamento de valores diferenciados de indenização. As sessões são públicas e transmitidas pela internet.

duração, com interrogador experiente, ele te bota no pau de arara alguns momentos e, depois, leva para o choque. Uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes usava palmatória. Usaram em mim muita palmatória. Em São Paulo, usaram pouco este ‘método’”, relatou. (RG)

Solicitação de adiamento

» LUANA PATRIOLINO

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o cancelamento das audiências de testemunhas na ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado. Os advogados argumentaram que ainda não tiveram acesso integral às provas do processo, mesmo após determinação do relator, ministro Alexandre de Moraes, para que a Polícia Federal (PF) entregasse todo o material. As oitivas estão agendadas para 19 de maio e 2 de junho.

Segundo a defesa, há necessidade de mais tempo para a análise detalhada dos autos, além de questionar as testemunhas e avaliar a necessidade de incluir novos nomes na lista de testemunhas, ou ainda de solicitar outras diligências. O pedido ocorreu depois de Moraes determinar que a PF disponibilize todo o material apreendido nas investigações contra Bolsonaro e outros réus.

“[Requer-se] o cancelamento das audiências designadas para a instrução e concessão de prazo suficiente para que o conjunto probatório que permaneceu fora do processo seja analisado pela defesa, a fim de permitir não só a necessária complementação do rol de diligências e testemunhas já apresentados, mas também e especialmente o adequado questionamento das testemunhas arroladas pelas partes”, diz a solicitação dos advogados do ex-presidente.

Na semana passada, Moraes agendou os depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa de Bolsonaro e de outros sete aliados.

Torturas com choques, palmatória e pau de arara

Em 2011, o jornal *Estado de Minas* trouxe à tona, em detalhes, o depoimento da ex-presidente Dilma Rousseff relatando a tortura a que foi submetida, nos porões da ditadura em Juiz de Fora (MG), São Paulo e no Rio de Janeiro. Na ocasião, ela — que assumiu vários

codinomes como militante política, como Estela, Stela, Vanda, Luíza, Mariza e Ana — contou o quanto sofreu nas mãos dos torturadores e atrás das grades.

“Algumas características da tortura. No início, não tinha rotina. Não se distinguia se era dia ou

noite. Geralmente, o básico era o choque”, lembrou Dilma, em depoimento dado em 25 de outubro de 2001, quando ainda era secretária das Minas e Energia no Rio Grande do Sul, e filiada ao PDT.

O depoimento foi prestado para a Comissão Estadual de